

MÉTODO E PAIXÃO EM CELSO FURTADO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Abstract. The method that Celso Furtado utilizes is essentially historical; his passion – a measured passion – is for Brazil. In the second half of the twentieth century no intellectual contributed more than him for the understanding of Brazil. He was committed to its development, frustrated with its incapacity to achieve it, and always acute in analyzing the economic and political challenges that the country successively faced. In order to demonstrate these ideas, the paper presents a broad review of Furtado's work.

Se houve um intelectual que, na segunda metade do Século XX, contribuiu mais decisivamente para que compreendêssemos o Brasil, não teria dúvida afirmar que esse intelectual foi Celso Furtado. Ele não ofereceu apenas explicações econômicas para nosso desenvolvimento e nosso subdesenvolvimento. Mais do que isto, ele situou o Brasil no contexto do mundo, analisou sua sociedade e sua política, ofereceu soluções para os grandes problemas enfrentados. Para realizar essa tarefa tão ambiciosa quanto frustrante – porque, afinal, o Brasil ficou aquém de suas grandes esperanças – Celso usou do método e da paixão. No método ele foi rigoroso, mas isto não o impediu de encarar com paixão seu objeto de estudo, que foi sempre também um projeto republicano de vida: o desenvolvimento do Brasil.

Um dos livros de Carlos Drummond de Andrade chama-se *A Paixão Medida*. Este oxímoro, que o grande poeta usou com tanta propriedade, é útil para entendermos Celso Furtado. A paixão é forte, tornando sua obra e sua vida prenhe de energia e de vontade de transformação econômica e política, mas é uma paixão medida, que pesa custos e *trade-offs* – como é próprio dos bons economistas –, e não esquece as restrições políticas.

Celso Furtado é um economista da teoria do desenvolvimento e da análise da econômica brasileira. Nestas duas especialidades ele pensou sempre de forma independente, e usou principalmente o método histórico ao invés do lógico-dedutivo. Sua capacidade de inferência e de dedução é poderosa, mas ele parte sempre da observação da realidade, evita partir de pressupostos gerais sobre o comportamento humano – e procura, a partir dessa realidade e do seu movimento histórico, inferir a teoria.

Neste trabalho não vou fazer uma avaliação geral da obra de Celso Furtado. Vou apenas concentrar-me em três aspectos dessa obra. Um bastante reconhecido – o da sua independência de pensamento –, outro pouco estudado – o do método –, e outro que está de alguma maneira presente em todas as análises da sua obra – o da paixão – mas que sempre aparece de forma medida, através de expressões como amor pelo Brasil, integridade pessoal a intelectual. Furtado é tudo isso, mas é mais do que isto. Sua luta pelo desenvolvimento para o Brasil e pela superação do atraso da sua terra natal – o Nordeste – foram realizadas com uma intensidade e uma determinação que só a paixão explica.

INDEPENDÊNCIA TEÓRICA

Celso Furtado é um economista do desenvolvimento. Fez parte do grupo dos ‘pioneiros’ da teoria moderna do desenvolvimento, ao lado de Rosenstein-Rondan, Prebisch, Singer, Lewis, Nurkse, Myrdall, e Hirschman.¹ Suas contribuições teóricas concentraram-se no entendimento do processo de desenvolvimento e de subdesenvolvimento econômico. E, para isto, veremos que usou, antes de mais nada, o método que é mais adequado ao estudo do desenvolvimento: o histórico-indutivo. Mas, antes de examinar o método que emprega, é importante assinalar a independência teórica que marca sua trajetória intelectual.

A teoria econômica que utiliza ele aprendeu com os clássicos, entre os quais Ricardo e Marx têm um papel de destaque, juntamente com Keynes. Pouco deve aos neoclássicos. Não se entenda, entretanto, que Furtado seja um marxista, ou um keynesiano. Ele aprendeu com os clássicos e com Keynes, mas seu pensamento é independente, e ele sempre fez questão absoluta dessa independência. Está identificado com o estruturalismo latino-americano, na medida em que ele foi um dos seus fundadores.² Mas é preciso ter claro que o estruturalismo não é nem pretendeu ser uma teoria econômica abrangente. Foi uma doutrina econômica influente na América Latina nos anos 50 e 60 porque oferecia uma interpretação para o subdesenvolvimento dos países que, em meados do Século XX, faziam a transição de formas pré-capitalistas ou mercantis para o capitalismo industrial, e apresentava a seus dirigentes uma estratégia coerente de desenvolvimento.

A independência teórica do pensamento de Furtado permite que ele use as teorias que julgar relevantes para resolver os problemas de interpretação dos fatos econômico que tenha pela frente. O marxismo é para ele importante na medida em que oferece uma visão poderosa da história e do capitalismo, mas a contribuição de Marx à teoria econômica é menor. Ao descrever seu aprendizado do marxismo, na França, no final dos anos 1940, ele nos diz:

A formidável vista que descortina Marx sobre a gênese da história moderna não deixa indiferente nenhuma mente curiosa. Já a contribuição no campo da economia

¹ - A identificação dos ‘pioneiros do desenvolvimento’ foi feita por Gerald Meyer e Dudley Sears em dois livros (1984, 1987).

² - O trabalho de Joseph Love, incluído neste livro, argumenta de forma incisiva sobre o papel de co-fundador do estruturalismo latino-americano desempenhado por Celso Furtado, embora este não deixe nunca de prestar suas homenagens a Raul Prebisch.

parecia de menos peso, para quem estava familiarizado com o pensamento de Ricardo e conhecia a economia moderna.

Por outro lado, ele não acredita em uma teoria econômica pura, nem a de corte neoclássico, nem marxista. Furtado jamais se interessou por esse aspecto da teoria econômica. As teorias econômicas existem para ele para resolver problemas reais. A seu ver a economia é “um instrumento para penetrar no social e no político e avançar na compreensão da história, particularmente quando esta ainda se exibia como presente aos nossos olhos.”⁴

Mas como se dispõe Furtado a entender o mundo que o cerca? Não é aplicando sem crítica um sistema qualquer de pensamento econômico. Nada é mais avesso a Furtado do que o pensamento estereotipado dos ortodoxos, seja qual for a ortodoxia que adotem. Ele quer ver o mundo com seus próprios olhos. Usar os instrumentos de análise econômica sem perder sua própria liberdade de pensar e de criar, que é seu bem maior. Conforme observa Francisco Iglésias, “é absurdo apontá-lo como neoclássico, marxista, keynesiano, rótulos que freqüentemente lhe dão. Ele tira de cada autor ou corrente o que é, a seu ver, correto ou adaptável à realidade brasileira ou latino-americana. Adota os modelos que lhe parecem corretos, sem tentar aplicá-los mecanicamente a casos diversos, sem ortodoxia”.⁵ Com isto Furtado não está pretendendo reconciliar essas teorias, nem sendo indefinido, como pretendem aqueles que querem uma visão única e integrada da teoria econômica: está apenas nos dizendo que, dependendo do problema enfrentado, uma ou outra escola de pensamento pode ser mais útil. No caso de Keynes, Furtado é, como observa Bielschowsky, um ‘keynesiano atípico’ porque caracteriza o subdesenvolvimento de forma clássica como um problema de insuficiência de poupança.⁶ A insuficiência de demanda aplicar-se-ia principalmente aos países desenvolvidos. Não obstante, ao expor o processo do desenvolvimento, Furtado, ao invés de adotar a postura que era típica entre os pioneiros do desenvolvimento de imaginar que a concentração de renda era condição para o início do desenvolvimento, dá ao crescimento dos salários um papel fundamental ao garantir o aumento da demanda

³ - Furtado (1985: 31).

⁴ - Furtado (1985: 15 e 51)

⁵ - Iglésias (1971: 176). Considerar Furtado também neoclássico pode parecer surpreendente, porém é o lemos, por exemplo, em Mantega (1984: 90): “Antes de mais nada revela-se uma certa imprecisão e mesmo boa dose de indecisão desse pensador, que oscila entre os fundamentos clássicos e neoclássicos, a meu ver irreconciliáveis”.

⁶ - Bielschowsky (1980: 60).

agregada e o próprio lucro dos capitalistas. Nesse ponto ele já está sendo plenamente keynesiano.

Sua preocupação com a independência do seu pensamento aparece com clareza quando decidiu deixar o Rio de Janeiro e ir trabalhar em Santiago, na CEPAL, que acabara de ser criada. A CEPAL, naquele momento, era ainda um projeto vazio. Furtado não conhecia Prebisch, que ainda não formulara sua visão do desenvolvimento da América Latina. Não obstante ele decide partir, para “escapar ao cerco, ganhar um horizonte aberto, ainda que para vagar em busca de uma Atlântida perdida”.⁷ Faz essa afirmação em *A Fantasia Organizada* (1985), e em seguida manifesta seu acordo com Sartre e sua filosofia da responsabilidade, segundo a qual se fundássemos nossas verdadeiras escolhas apenas na razão, não haveria escolhas, tudo estaria predeterminado.

Com a decisão de ir para Santiago, Furtado dizia para si mesmo que sua própria vida não estava predeterminada. E assim, era coerente com sua visão mais geral da sociedade e da economia. Como nunca acreditou que uma única teoria econômica fosse capaz de tudo explicar, também sempre rejeitou todo tipo de determinismo: seja o determinismo marxista, apoiado nas ‘leis da história’, seja o neoclássico, baseado no princípio da racionalidade, que, ao postular a maximização dos interesses não dá espaço para decisões, para escolhas.⁸ Pelo contrário, se no debate entre determinismo e do voluntarismo Furtado cometeu algum pecado, este foi o do voluntarismo, expresso na crença na capacidade da razão humana de impor sua vontade sobre a economia e a sociedade através do planejamento. E, mais amplamente, no papel central que sempre deu às decisões quando se trata de pensar no sistema macroeconômico. O mercado tem um papel fundamental, mas não menos importantes são as decisões tomadas. Esta sua visão está bem clara em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978):

É a partir da identificação dos centros de onde emanam essas decisões destinadas a compatibilizar as iniciativas da multiplicidade de agentes, que exercem poder em graus distintos, que se define o perfil de um sistema econômico.

⁷ - Furtado (1985: 50).

⁸ - O caráter determinista do pensamento neoclássico só foi abalado quando os livros-texto de microeconomia incluíram a teoria dos jogos – ou seja, a teoria da decisão. Mas nesse momento seus autores estavam saudavelmente tornando relativo o postulado maximizador da teoria neoclássica.

⁹ Furtado (1978: 18).

Essa recusa do determinismo, inclusive o determinismo de mercado, está relacionada com o individualismo e o idealismo do grande intelectual que decide intervir na realidade. Ele partia da convicção de que fazia parte de uma elite intelectual, de uma *Intelligentsia*, que seria capaz de reformar o mundo. Nesse campo, seu mestre foi Karl Mannheim. Conforme ele nos diz:

Seguindo a Mannheim, eu tinha uma certa idéia do papel social da *Intelligentsia*, particularmente nas épocas de crise. Sentia-me acima dos condicionantes criados por minha inserção social e estava convencido de que o desafio consistia em instilar um propósito social no uso dessa liberdade.

Gerard Lebrun, analisando *A Fantasia Organizada*, assinala o voluntarismo idealista de Furtado, expresso na sua crença inabalável no planejamento – um planejamento que anularia ao máximo a imprevisibilidade das decisões. Ora, observa o filósofo, “a idéia que tem do poder (numa democracia, está suposto) parece ser tão abstrata, tão bem ajustada, *a priori*, ao seu ideal de um planejamento neutro, que mal lhe vem ao espírito, aparentemente, que o planejador possa se transformar em um tecnocrata”.

Na verdade, o notável economista é um cientista, mas é também um burocrata na melhor acepção do termo, um homem de Estado, um formulador de políticas públicas que só deixou de estar inserido no aparelho do Estado quando a ditadura militar cassou seus direitos políticos. Celso Furtado começou sua vida profissional no DASP, como um técnico em administração pública. Superou esse estágio, tornou-se economista e professor universitário, mas jamais deixou de acreditar na força racionalizadora da burocracia, inclusive da média burocracia. Muitas vezes ele afirmou que o único grupo social que tinha condições de ser um interlocutor com as potências internacionais era a burocracia estatal. E para ele o fortalecimento da burocracia é fundamental nos regimes democráticos para a continuidade das políticas públicas e para a própria eficácia e legitimidade do poder do Estado. Conforme ele nos diz em *A Fantasia Desfeita*,

O processo de burocratização não significa apenas o crescimento do aparelho estatal, significa também importantes mudanças nos processos políticos. Aumentando a eficácia do poder, a burocratização o consolida a níveis mais baixos de legitimidade.

¹⁰ - Lebrun (1985, *Jornal da Tarde*).

¹¹ - Furtado (1989: 185).

Ao pensar assim, Furtado é fiel ao que aprendera com pensadores tão diferentes como Mannheim, Sartre, e seu professor Cornu.¹² Nas democracias capitalistas os intelectuais podem liberar-se das ideologias e usar da sua liberdade para intervir de forma republicana no mundo. Ele sabe que essa liberdade é sempre relativa, que nós podemos construir as nossas próprias vidas, mas não podemos ter nenhuma ilusão quanto aos condicionamentos sociais e políticos a que estamos sujeitos. Para grandes intelectuais como Furtado, a dialética entre a liberdade e o comportamento socialmente condicionado pode ser mais consciente e, se for acompanhada da virtude da coragem, como foi seu caso, será mais favorável à liberdade, mas apenas mais favorável: ninguém escapa da sua circunstância.

A coragem intelectual expressa-se principalmente nos momentos em que é preciso divergir do ambiente e do grupo. Em 1962, em pleno momento de radicalização política no país, Celso Furtado publica *A Pré-Revolução Brasileira*. Depois de elogiar o caráter humanista da obra de Marx, Furtado não tem dúvida em declarar que:

Baseando-se o marxismo-leninismo na substituição de uma ditadura de classe por outra, constituiria um regresso, do ponto de visto político, aplicá-lo à sociedades que hajam alcançado formas¹³ de convivência social mais complexas, isto é, nas modernas sociedades abertas.

Da mesma forma, no *Plano Trienal* (1963) não teve dúvida em propor o ajuste fiscal e uma severa política monetária, embora sabendo que seria chamado de ‘monetarista’ pelos grupos que apoiavam o governo Goulart.

O uso da liberdade ganha pleno sentido em Furtado porque é marcado pelo dom da criatividade. A contribuição de Furtado à teoria econômica e à análise da economia brasileira e latino-americana pode ser explicada em termos de método, mas é, antes de mais nada, fruto de uma enorme capacidade pessoal de pensar e criar. Furtado sabe disto, e certamente não é por acaso que a epígrafe de um de seus livros é uma frase de Popper reconhecendo que a “descoberta científica é impossível se não se tem fé em¹⁴ idéias puramente especulativas e muitas vezes destituídas de toda precisão”.

¹² - Citado por Furtado (1985: 31).

¹³ - Furtado (1972: 27).

¹⁴ - Epígrafe de *Prefácio a Nova Economia Política* (1976).

A criatividade será uma das bases da sua independência intelectual em relação às ortodoxias. Lebrun, escrevendo sobre *A Fantasia Organizada* observa: “É o odor de heterodoxia que torna esse livro ainda mais fascinante e faz de Celso Furtado um grande escritor, assim como um pensador”. Conforme observa Bourdieu, se existe na teoria econômica, uma *doxa*,¹⁵ “um conjunto de pressupostos que os antagonistas consideram evidente”, existe também uma ortodoxia e uma heterodoxia. O heterodoxo não nega os pressupostos mais gerais da sua ciência, mas recusa subordinar seu pensamento ao dominante. A direita e os economistas convencionais insistem em dar à heterodoxia uma conotação negativa, identificando-a com populismo econômico, mas, na verdade, inovar em teoria e em análise econômica envolve quase sempre alguma heterodoxia. Ser heterodoxo é desenvolver teorias novas, muitas vezes a partir da identificação de fatos históricos novos que modificam um determinado quadro econômico e social e tornam as teorias pré-existentes inadequadas. Quando Celso Furtado optou por usar prioritariamente o método histórico-indutivo, e quando se tornou um dos dois fundadores do estruturalismo latino-americano, Furtado estava optando pela heterodoxia e pela independência de pensamento. Na próxima seção, apresentarei brevemente minha visão dos dois métodos na teoria econômica, para em seguida continuar a análise do método em Celso Furtado.

DOIS MÉTODOS EM ECONOMIA

A ortodoxia, ou o *mainstream* neoclássico, é predominantemente lógico-dedutivo. Pretende deduzir o funcionamento em equilíbrio das economias de mercado a partir do único pressuposto de que os agentes econômicos maximizam seus interesses. Se classificarmos as ciências em adjetivas ou metodológicas, não há ciência substantiva mais lógico-dedutiva do que a ciência econômica neoclássica, não obstante as afirmações de que se trata de uma ciência positiva. Por paradoxal que isto possa parecer, nem a física é tão lógico-dedutiva. O domínio do método lógico-dedutivo é tal que me lembro sempre da observação de um ex-aluno, que voltava de uma bolsa de estudos em universidade no exterior. Quando lhe disse que, a meu ver, em certas áreas fundamentais, como a da macroeconomia e do desenvolvimento econômico, o economista deveria utilizar predominantemente o método o histórico-indutivo ao invés do lógico-dedutivo, ele retrucou sem pestanejar: “ora, em economia o método lógico-dedutivo é sempre dominante; não estudamos história, mas teoria econômica”. Para ele como para todo o pensamento neoclássico teoria econômica é por definição lógico-dedutiva.

¹⁵ - Bourdieu (1976: 145).

A teoria econômica é por definição abstrata, e não pode ser confundida com a história. Na ciência econômica o que se busca são modelos, teorias, que expliquem a estabilidade e a variação dos agregados econômicos, o ciclo econômico de curto prazo e o desenvolvimento, a inflação ou deflação e o balanço de pagamentos, a variação dos preços relativos, da taxa de juros e do câmbio. O objeto da teoria econômica, portanto, está claro, como está claro que o que se busca é generalizar a respeito do comportamento das variáveis relevantes, e, através dessa generalização, ser capaz de prever o comportamento das variáveis econômicas. Isto posto, é importante reconhecer que, dependendo do tema que se aborde, o método mais aplicável será ora lógico-dedutivo, ora histórico-indutivo.

Em um outro trabalho, defendi a tese de que a macroeconomia é irreduzível à microeconomia porque a primeira usa predominantemente o método histórico-indutivo enquanto que a segunda, o método lógico-dedutivo. Faz parte das aulas introdutórias de filosofia a afirmação que o avanço do conhecimento depende da utilização encadeada dos dois métodos. No processo de conhecer, os indivíduos utilizam indução e dedução de forma permanente, uma seguindo a outra e vice-versa. Indução e dedução não são, portanto, métodos de conhecimento, ou, mais precisamente, operações mentais opostas. São complementares. Isto, entretanto, não significa que as ciências usem com a mesma intensidade um ou outro método. Por exemplo, a matemática é apenas lógico-dedutiva, a sociologia, principalmente histórico-indutiva. Na matemática tudo é deduzido a partir de algumas identidades, na sociologia e nas demais ciências sociais, exceto a vertente neoclássica da economia (estendida recentemente à ciência política), a observação do fato social e da sua evolução no tempo é o método fundamental de pesquisa, embora o pesquisador seja obrigado permanentemente a usar também do método dedutivo para fazer sua análise.

Dessa forma, não estou corroborando a crença dominante no século XIX que o uso do método da indução distinguiria a verdadeira ciência. Esta começaria pela observação dos fatos e pelos experimentos para afinal chegar a leis gerais. Conforme o ‘problema da indução’ de Hume deixou claro, podemos inferir leis gerais a partir da indução, mas as inferências assim realizadas não se tornam logicamente demonstradas.¹⁶ O método histórico-indutivo não dispensa o lógico-dedutivo. Na macroeconomia e na teoria do desenvolvimento econômico,

¹⁶ - Ver Blaug (1980: 11-12). Ele usa o problema da indução de Hume para diminuir seu papel na teoria econômica. Como a maioria dos economistas, ele supõe que exista apenas “uma” teoria econômica, de forma que o uso prioritário de um ou outro método dependendo da abordagem micro, macro, ou de desenvolvimento econômico não faz sentido para ele.

entretanto, ele tem precedência sobre o método lógico-dedutivo, enquanto que o inverso é válido para a microeconomia.

Considero a teoria neoclássica do equilíbrio geral uma notável ao conhecimento de como funcionam as economias de mercado. Mas isto não significa que toda a teoria econômica possa ser a ela subordinada. Um segundo ramo da teoria econômica – a macroeconomia – não pode ser reduzida à micro porque uma trata do comportamento de agentes econômicos, a outra, de agregados econômicos – esta é apenas uma definição –, mas porque enquanto a microeconomia, ou, mais precisamente, o modelo de equilíbrio geral que lhe serve de base, aborda a economia de uma perspectiva lógico-dedutiva, deduzindo a forma pela qual os recursos são alocados e a renda distribuída em uma economia de mercado a partir de um único pressuposto, o comportamento racional dos agentes, a macroeconomia nasceu e continua a dar seus maiores frutos quando observa os comportamento dos agregados econômicos, verifica como esse comportamento tende a se repetir, e, a partir daí, generaliza, construindo modelos ou teorias. Em um segundo momento, os macroeconomistas buscam uma razão lógica, um fundamento microeconômico para o comportamento dos agregados macro, mas o máximo que conseguirá é encontrar explicações *ad hoc*. A esperança neoclássica de reduzir a macro à microeconomia é vã porque os métodos predominantes em um e outro ramo da ciência econômica são diferentes.¹⁷ Como é impossível reduzir o terceiro grande ramo da teoria econômica – a teoria do desenvolvimento econômico – à micro ou à macro economia. O núcleo do pensamento continua aqui clássico, como é neoclássico o cerne do pensamento microeconômico, e keynesiano, o do macroeconômico.

A teoria econômica busca explicar e prever o comportamento das variáveis econômicas. É preciso, entretanto, verificar qual a variável em que estamos interessados. Se desejamos compreender e prever o comportamento dos preços e a alocação de recursos na economia, a teoria microeconômica, de base lógico-dedutiva, será mais efetiva; se quisermos entender a distribuição de renda a longo prazo no sistema capitalista, a inversão da teoria clássica, colocando a taxa de lucros como dada e a taxa de salários como resíduo terá o maior poder preditivo; se desejarmos, por outro lado, entender o comportamento dos ciclos econômicos, a macroeconomia de base keynesiana será o instrumento por excelência; finalmente, para entendermos a dinâmica do desenvolvimento, a teoria do desenvolvimento clássica, de base histórica, será aquela com maior poder de explicação e de predição.

¹⁷ - Ver Bresser Pereira e Tadeu Lima (1996).

Segundo esse raciocínio, é impossível uma visão absolutamente integrada da ciência econômica. Esta possui três ramos fundamentais: a micro, a macro e a teoria do desenvolvimento. O que cada uma delas nos proporciona é uma visão do funcionamento do sistema econômico a partir de uma determinada perspectiva, e com a utilização predominante de um método. Destes três ramos, apenas na microeconomia o método lógico-dedutivo é e deve ser dominante. Foi ele que permitiu que se construíssem os modelos microeconômicos de equilíbrio parcial e geral, que constituem uma das grandes realizações científicas do pensamento universal. Através dele compreendemos como uma economia de mercado aloca recursos. Já a teoria do desenvolvimento econômico, que explica o processo de crescimento a longo prazo das economias capitalistas, e a macroeconomia, que mostra como as economias se comportam no ciclo econômico, embora utilizem o método lógico-dedutivo, foram construídas a partir da observação dos fenômenos históricos. Smith e Marx, que fundaram a primeira, observaram a transição das formas pré-capitalistas para o capitalismo, e a partir desta observação teorizaram. A teoria clássica da distribuição de renda também tem caráter histórico, embora, com a mudança no comportamento da taxa de salários, a partir de meados do século dezenove, só continuou a fazer sentido quando foi invertida: a taxa de lucro de longo prazo revelou-se suficientemente estável para ser considerada constante, de forma que pode-se prever que a taxa de salários crescerá com a produtividade desde que o progresso técnico seja neutro. Keynes e Kalecki, que foram responsáveis pelo surgimento da macroeconomia, partiram da observação do ciclo econômico após a Primeira Guerra Mundial, e teorizaram a partir daí: usaram também primordialmente o método histórico-indutivo. A grande contribuição de Ricardo à teoria do desenvolvimento econômica – a lei das vantagens comparativas no comércio internacional – foi um grande esforço lógico-dedutivo, mas mesmo nesse caso apoiou-se na observação do que ocorria na Inglaterra e levou em conta seus interesses comerciais, não no comportamento racional dos agentes econômicos.

A crítica de Friedman à política macroeconômica keynesiana – a descoberta de que através de expectativas adaptativas os agentes econômicos neutralizariam em parte essa política partiu antes da observação da realidade, embora exista nela um óbvio fundamento microeconômico. Essa crítica não invalidou a política macroeconômica mas limitou seu alcance. Quando, porém, a teoria macroeconômica se descolou da realidade e radicalizou a abordagem lógico-dedutiva, como aconteceu com a hipótese das expectativas racionais, temos um construto teórico absurdo e vazio apesar de sua aparente coerência, que transforma a teoria econômica em mera ideologia. Segundo essa distorção por que passou a teoria econômica, as políticas macroeconômicas seriam totalmente ineficazes, porque neutralizadas pelas

expectativas racionais dos agentes. Ora, tal afirmação contraria a experiência cotidiana, na qual vemos as autoridades econômicas de todos os países envolvidas ativamente em política econômica. O uso radical do método lógico-dedutivo levou a teoria a ignorar a realidade histórica. Os formuladores de política econômica, nos ministérios de finanças e bancos centrais, por um tempo, nos anos 1980, deram ouvidos à versão radical do monetarismo que as expectativas racionais propunham, mas desde o início dos anos 1990 abandonaram o monetarismo e passaram a adotar a estratégia pragmática da meta de inflação.

Outra distorção comum que surge da pretensão de se utilizar o método lógico-dedutivo para explicar todos os fenômenos econômicos é aquela que decorre da insistência de empregar um determinado modelo quando a realidade não se conforma com ele. Nesse momento papel da teoria econômica passa a ser o de obstáculo ao invés de instrumento para análise do que está ocorrendo. Quando ele consegue superar esse obstáculo e de fato pensar, analisando os fatos novos que impõem novas análises, ele é obrigado a abandonar os modelos pré-existentes. Nesse caso, como observa Tony Lawson, “a única coisa que permanece intacta é uma aderência a sistemas fechados de modelagem formalistas e, por isso, dedutivistas”¹⁸.

Por isso, vejo com ceticismo as tentativas de unificar a micro, a macro, e a teoria do desenvolvimento. São abordagens que não são mutuamente redutíveis porque partem de métodos diferentes. Querer unificá-las é mera arrogância intelectual. Uma arrogância que resulta em empobrecimento da teoria econômica. Não há necessidade de encontrar um modelo que unifique todo. Podemos perfeitamente usar uma ou outra teoria, conforme estejamos procurando explicar uma ou outra questão. Uma macroeconomia estritamente neoclássica é uma contradição: é uma macroeconomia sem o próprio objeto da disciplina: os ciclos econômicos. Uma teoria do desenvolvimento econômico puramente neoclássica faz ainda menos sentido, na medida que o modelo de equilíbrio geral é essencialmente estático. Quando os economistas neoclássicos conseguiram, afinal, chegar a um modelo de desenvolvimento compatível – o modelo de Solow – este modelo, em termos substantivos, avançou pouco em relação ao que nos haviam ensinado sobre o desenvolvimento Smith, Marx, Schumpeter, e os ‘pioneiros da teoria do desenvolvimento’ dos anos 1940 e 1950. O mesmo pode-se dizer do modelo

¹⁸ - Ver Lawson (1999: 6-7). Lawson continua: “A insistência do *mainstream* na aplicação universal de métodos formalistas pressupõe, para sua legitimidade, que o mundo social seja em toda parte fechado, que as regularidades de eventos sejam ubíquas”.

keynesiano de desenvolvimento de Harrod e Domar. Tanto um como outro modelo tinham como grande mérito o fato de serem consistentes com as respectivas teorias, não o de explicarem o processo de desenvolvimento. O modelo de Solow, afinal, revelou-se mais frutífero, mas não devido àquela consistência lógico-dedutiva, e sim porque, estando baseado em uma função Cobb-Douglas, permitiu a realização de grande número de pesquisas empíricas, não precisamente históricas, mas predominantemente indutivas.

O MÉTODO

Uma forma através da qual Furtado evidenciou sua independência de pensar foi manter-se fiel ao método histórico-indutivo, não obstante a ortodoxia tenha nestes oitenta anos se tornado cada vez mais lógico-dedutiva. Sem dúvida, usou com abundância sua capacidade lógico-dedutiva, mas sempre o fez a partir dos fatos históricos e da sua tendência a se repetirem, não a partir de uma pressuposição de comportamento racional. Enquanto historiador econômico era natural que utilizasse prioritariamente o método histórico-indutivo, mas isto também é verdade quando ele assume o papel de teórico de desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Assim, não estou sugerindo que Furtado pertença à escola historicista alemã de Gide, ou ao institucionalismo americano de Veblen. Estas escolas caracterizaram-se pela recusa da teoria econômica, e pela busca da análise dos fatos econômico caso a caso, enquanto que Furtado usa a teoria econômica disponível e procura fazê-la avançar na compreensão do desenvolvimento econômico.

Mesmo enquanto historiador econômico, Furtado foi, antes de qualquer coisa, um economista do que um historiador. Ele não narra a história da economia brasileira, ele a analisa. Ninguém fez com mais brilho o uso da teoria econômica para entender a evolução da economia brasileira do que Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959). Conforme observou um historiador, Francisco Iglesias, embora esse seja um livro de história econômica, o é “da perspectiva do economista... nessa análise dos processos econômicos chega-se a um grande despojamento, a modelo ideal, a formas que têm, por vezes, a aparência de abstratas. É o que acontece em muitas passagens do livro de Celso Furtado; o rigor de construção do livro é tal que... torna a leitura difícil para quem não tenha ampla informação histórica e certo conhecimento da teoria econômica.”¹⁹

Na mesma direção Lebrun assinala: “a história, tal como ela é praticada por Celso Furtado, só vale por sua extrema *precisão* (grifo do autor)... Este é seu método: nenhuma asserção que não esteja ancorada em fatos ou em dados estatísticos”.

¹⁹ - Iglesias (1971: 200-201).

Mas, acrescentaria eu, dados que são utilizados com grande inteligência e capacidade de inferência. Uma das características que torna *Formação Econômica do Brasil* (1959) uma obra-prima de história e de análise econômica é a capacidade de Furtado de, a partir dos poucos dados disponíveis, deduzir as demais variáveis da economia e seu comportamento dinâmico. Mas, ao fazer isto, Furtado não está abandonando o primado o método histórico-indutivo. Está apenas sendo capaz de combinar sua criatividade com seu rigor lógico para, a partir dos dados disponíveis, nos apresentar um quadro geral da evolução histórica da economia brasileira até hoje não superado. *Formação Econômica do Brasil* é a meu ver o mais importante livro publicado no Século XX sobre o Brasil porque nele Furtado foi capaz de usar a teoria econômica e as demais ciências sociais não para descrever, e sim para analisar a história econômica do Brasil.

Vou dar um exemplo de sua independência e de seu método nesse livro. A partir do capítulo 16 Furtado escreve sobre o século XIX. Em primeiro lugar, embora ele tivesse acabado de participar da fundação do estruturalismo latino-americano em Santiago do Chile, ele não se deixa levar por explicações imperialistas do nosso subdesenvolvimento, e afirma em relação aos acordos privilegiados com a Inglaterra de 1910 e 1827: “não parece ter fundamento a crítica corrente que se faz a esses acordos, segundo a qual eles impossibilitaram a industrialização do Brasil nessa etapa”.²⁰ A partir dos dados das exportações e sobre as relações de troca do país ele verifica que a primeira metade do século foi de estagnação: na verdade, a renda por habitante deve ter caído de 50 para 43 dólares (a dólares dos anos 50). Os cinquenta anos seguintes, entretanto, são de grande expansão, graças ao aumento das exportações e à substancial melhoria nos termos de troca. Novamente a análise parte de alguns fatos historicamente verificados, para, a partir daí, deduzir o comportamento geral da economia. E, naturalmente, relacioná-lo com os aspectos sociais. Os proprietários de terra não são indiferenciados, como é tão comum se ver. A nova classe dirigente de cafeicultores é muito diversa do antigo patriarcado açucareiro. Tem experiência comercial, de forma que os interesses da produção e do comércio estão entrelaçados. Por outro lado, ele dedica quatro capítulos ao problema da mão-de-obra, ressaltando a importância da imigração e da mão-de-obra assalariada. O fato pode ser óbvio, mas merece a ênfase de quem não transforma a economia em meras abstrações, e a pensa como economia política historicamente situada.

O segundo exemplo, vou buscá-lo em seu livro teórico mais importante: *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. (1961). No capítulo 1, ele resume sua

²⁰ - Furtado (1959: 122).

visão metodológica mais geral, observando que a teoria econômica deve ser ao mesmo tempo abstrata e histórica:

O esforço no sentido de alcançar níveis mais altos de abstração deve ser acompanhado de outro objetivando definir, em função de realidades históricas, os limites de validade das relações inferidas. A duplicidade fundamental da ciência econômica – seu caráter abstrato e histórico – aparece, assim, com toda a plenitude na teoria do desenvolvimento econômico.

O fato de que a economia tenha assumido um caráter cada vez mais abstrato se deve, segundo Furtado, ao fato de que, a partir de Ricardo, seu objetivo tem-se praticamente limitado ao estudo da repartição do produto, deixando em segundo plano a questão de desenvolvimento. E, todavia, assinala ele, “o desenvolvimento econômico é um fenômeno com nítida dimensão histórica”.²¹ Esta é uma afirmação que ele repetirá inúmeras vezes através de sua ampla obra, porque é central ao seu pensamento. Depois de apresentar o “mecanismo do desenvolvimento”, em que algumas abstrações necessárias à compreensão do desenvolvimento são apresentadas, no capítulo 3 temos um dos textos mais notáveis que conheço sobre “O Processo Histórico do Desenvolvimento”. Nesse capítulo, que não foi mais reeditado, a meu ver, por um erro de avaliação, e ele foi perdido na transformação de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* em um outro, mais sistemático e didático, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), Furtado mostra como a forma de utilização do excedente econômico vai determinar o surgimento do processo de desenvolvimento. Nas formações pré-capitalistas, o excedente era principalmente usado para a guerra e para templos religiosos. Com o advento do capitalismo, o excedente obtido pelos comerciantes vai se transformar em acumulação de capital, que passa a ter caráter intrínseco ao sistema econômico. Com a revolução industrial, entretanto, o capitalismo se estende para a esfera da produção. Em um mundo em que o progresso técnico começa a se acelerar e a competição se generaliza, o reinvestimento dos lucros não atende mais apenas à vontade de mais lucros do comerciante, mas se transforma em uma condição de sobrevivência das empresas. O desenvolvimento ganha caráter auto-sustentado. Em suas palavras:

Ao transformar-se o excedente de produção organização social em fonte de renda, o processo de acumulação tenderá a automatizar-se [...] Os pontos estratégicos

²¹ - Furtado (1961: 22).

desse processo são a possibilidade de incrementar a produtividade e a apropriação por grupos minoritários dos frutos desse incremento.

A idéia é simples e poderosa. Mas não se imagine que Furtado a apresente de forma descarnada. Ele está apresentando um processo histórico através do qual vemos o desenvolvimento surgir juntamente com o capitalismo, e com todas as complexas mudanças de caráter social, institucional e cultural que lhe são inerentes. O fenômeno econômico do aumento da produtividade é central, mas ele está intrinsecamente ligado ao surgimento de novas classes sociais e novas instituições.

A importância das instituições, que se tornaram nos anos 90 centrais para o estudo do desenvolvimento, já estão claras para Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Ele explica, por exemplo, o declínio econômico que se segue ao colapso de um império pré-capitalista como foi o Império Romano em termos do colapso do aparelho de Estado romano, da sua força militar, e das suas instituições longamente maturadas. O excedente era apropriado pelos cidadãos romanos, e particularmente por seu patriciado, através da cobrança de tributos sobre as colônias, e dá origem a um amplo comércio garantido pelo direito romano. Quando todo esse sistema entra em colapso, o declínio econômico é inevitável.

A destruição da enorme maquinaria administrativo militar que constituía esse Império teve conseqüências profundas para a economia da imensa área que ocupava... Desarticulado o sistema administrativo-militar, desapareceram as condições de segurança que possibilitavam o comércio; por outro lado, desaparecidos os tributos, terminava a principal fonte de renda das populações urbanas, que viviam de subsídios ou da prestação de serviços.

As instituições são, portanto, fundamentais, mas elas não aparecem isoladas. Em primeiro lugar, são parte do Estado, que no caso romano assumia a forma de um Império. Segundo, não se trata apenas de garantir a atividade econômica, o comércio, mas de viabilizar uma forma de apropriação do excedente. Como não temos ainda o capitalismo e a mais valia ou lucro capitalista, o excedente é apropriado pela força, através de tributos.

O desenvolvimento no sentido histórico do termo só passa a ocorrer quando a expansão do islamismo obriga Bizâncio a voltar-se para a Itália. Formam-se, então,

²² - Furtado (1961: 120-121).

poderosas economias comerciais nas cidades-estado italianas, e surge, ao lado da aristocracia, ou em substituição a ela, uma nova classe burguesa. E este comércio impulsiona a integração política, que levará, afinal, ao surgimento dos estados nacionais. As instituições surgem aqui mais como uma consequência do que como uma causa do desenvolvimento. Furtado é explícito a respeito, observando que enquanto que no Império Romano a integração política provocou o comércio e o desenvolvimento, no caso da Europa foi o comércio de longa distância, aventureiro e inseguro, que provocará a integração política. Esta, porém, logo se transformará em fator decisivo do próprio desenvolvimento.

As instituições e sua estabilidade são fundamentais para o desenvolvimento – principalmente a maior delas, o estado-nação, do qual as demais dependem. Nisto Furtado não estava sendo original, já que existe amplo consenso a respeito. Ele, entretanto, acrescenta que o sistema capitalista irá produzir não apenas o estado-nação, mas tenderá a adotar instituições democráticas. Esta visão aparece com clareza no livro seguinte de Furtado, *A Dialética do Desenvolvimento* (1964), em que ele critica a idéia marxista de que na sociedade burguesa as limitações à liberdade decorrem da necessidade de defesa dos privilégios da classe proprietária dos bens de produção. Pelo contrário, diz-nos ele, a democracia surge do capitalismo e da crescente estabilidade institucional que ele proporciona. Essa estabilidade não apenas leva a burguesia a adotar a democracia como regime político, mas também garantirá o dinamismo econômico do sistema. Diz Furtado:

A causa do progresso das liberdades nas sociedades democráticas capitalistas foi a crescente estabilidade institucional destas. As revoluções diretamente provocadas pelas lutas de classes, na Europa Ocidental, tiveram o seu ciclo encerrado no terceiro quartel do século passado (dezenove)... Ora, essa estabilidade institucional deve-se à existência de uma poderosa classe – proprietária de bens de produção – com amplos interesses criados a defender... O progresso das liberdades cívicas nas sociedades burguesas resultou menos da efetiva participação da classe trabalhadora nas decisões políticas, do que da confiança que a classe capitalista foi adquirindo num quadro de instituições políticas flexíveis.

²³ - Furtado (1964: 45). Em 1976, em *Prefácio à Nova Economia Política*, Furtado volta a dar ao conceito clássico de excedente econômico um papel fundamental na sua análise do processo de acumulação capitalista.

A economia política de Furtado, sempre apoiado no método histórico, é notável. Não apenas o desenvolvimento, mas também a democracia deriva do capitalismo. Nele a luta dos trabalhadores terá um papel fundamental, tanto para aprofundar a democracia quanto para, através da luta por melhores salários, garantir o crescimento da demanda agregada, à medida que crescem os lucros. No processo de fazer avançar a democracia burguesa, que inicialmente é apenas liberal, o papel essencial cabe à própria burguesia e à estabilidade institucional que ela logra. Talvez a razão para a estabilidade institucional seja menos os amplos interesses criados a defender, e mais o fato de ser a burguesia primeira classe social a poder se apropriar do excedente sem o uso direto da força de impor tributos e escravizar povos colonizados –o que a levou a se constituir em agente do estado de direito liberal e a se tornar aberta para o avanço das instituições democráticas. Mas em qualquer hipótese é admirável a análise encadeada do papel da classe capitalista em lograr a estabilidade institucional, estabilidade que promove o desenvolvimento, o qual, por sua vez, reforça as tendências democráticas existentes na sociedade, estabelecendo um círculo virtuoso do desenvolvimento auto-sustentado.

O método histórico, para Furtado, é central para a sua análise do desenvolvimento, na medida em que lhe permite combinar a grande visão do processo histórico com as especificidades de cada momento e de cada país. Na medida em a capacidade de prever os fatos, que se requer de toda teoria social, está aqui presente através da análise do processo histórico do desenvolvimento. Na medida em que a definição abstrata do desenvolvimento como aumento da produtividade a partir da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico ganha substância histórica, ou seja, se complementa com os elementos políticos, institucionais, e sociais. O desenvolvimento não é apenas acumulação de capital, mas é também incorporação de progresso técnico, que depende da estrutura de classes, da organização política, e do sistema institucional. Portanto, não existe desenvolvimento fora da história, não existe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento político e social.

Ao adotar o método histórico, Furtado aproxima-se da dialética de Hegel e do materialismo histórico de Marx, embora deles se mantenha independente, principalmente por dar à vontade humana um papel maior. “A importância da dialética para a compreensão dos processos históricos deriva do fato de que a história... não pode ser reconstituída a partir da multiplicidade de fenômenos que a integra”. Entretanto, através dela o homem “intui no processo histórico aquela visão sintética capaz de dar unidade à multiplicidade”. Marx adotou esse princípio dialético de forma audaciosa ao dividir a sociedade em infra e super-estrutura, e em duas classes sociais. Essa estratégia “teve extraordinária importância como ponto

de partida para o estudo da dinâmica social... Contudo, é necessário reconhecer que, a esse nível de generalidade, quase nenhum valor apresenta um modelo analítico como instrumento de orientação prática. E o objetivo da ciência – conclui, ele, deixando transparecer o pragmatismo que sempre o orientou – é produzir guias para a ação prática”²⁴.

Retirei esses trechos de *Dialética do Desenvolvimento* (1964), livro que Furtado escreve em meio à crise do Governo Goulart, depois de demitir-se do Ministério Extraordinário do Planejamento, e de novo dirigindo apenas na Superintendência da SUDENE. Entre seus livros auto-biográficos esse é talvez o livro que mereceu dele maior atenção: um resumo completo.²⁵ Em *A Fantasia Organizada*, Furtado afirma com clareza que um dos seus objetivos foi delimitar o emprego do marxismo e da dialética na análise do desenvolvimento. E ao fazê-lo, ele reafirma seu compromisso com o rigor do método científico:

O segundo objetivo (de *Dialética do Desenvolvimento*) seria precisar o alcance da dialética, que voltara à voga com a *Crítica* de Sartre, deixando claro que utilizá-la não nos dispensava²⁶ de aplicar com rigor o método científico na abordagem dos problemas sociais.

Adotar o método científico com rigor, entretanto, não significa adotar modelos analíticos apoiados na suposição do equilíbrio estável, como é tão comum na economia. Para a análise do desenvolvimento precisamos de modelos dinâmicos, do tipo do ‘princípio cumulativo’ proposto por Myrdal. Mais amplamente, conclui Furtado:

Por mais que tenhamos avançado na construção de modelos, cabe reconhecer que sempre partimos para sua construção de algumas hipóteses intuitivas sobre o comportamento dos processo histórico como um todo. E a mais geral dessas hipóteses é a que nos proporciona a dialética, pela qual o histórico é aquilo que necessariamente se encontra em desenvolvimento. A idéia do desenvolvimento surge como uma hipótese ordenadora do processo histórico – como ‘síntese de varoas determinações, unidade da multiplicidade’, na expressão de Marx – a partir

²⁴ - Furtado (1964: 14-15 e 22).

²⁵ - Furtado (1989: 182-190)

²⁶ - Furtado (1989: 182).

da qual é possível realizar um esforço eficaz de identificação de relações entre fatores e de seleção desses fatores com vistas à reconstrução desse processo através de um modelo analítico.²⁷

Com esse texto exemplar – que mostra a elegância e capacidade de síntese de Furtado para expressar seu pensamento – ele deixa claro o que entende pelo caráter histórico e dialético do método científico que adota. Eu poderia ter iniciado com essa citação a análise de seu método, mas preferi com ela terminá-la. Dessa forma, concluo minha análise com suas palavras.

PAIXÃO

Na forma pela qual Celso Furtado trabalhou com a ciência econômica não há apenas método rigoroso, há também paixão. Há grandes esperanças, e frustração correspondente. Geralmente a razão e a emoção são vistas em oposição. Esta, entretanto, é uma forma equivocada de compreender o processo do pensamento. Os grandes cientistas foram com muita frequência pessoas apaixonadas pelo seu trabalho, por sua pesquisa. Os economistas que foram realmente grandes dificilmente deixaram de apaixonar-se não apenas por sua ciência, mas também pelos resultados dela. Alguns apaixonaram-se pela conquista da estabilidade econômica, outros, por uma distribuição de renda mais justa, e a maioria, pelo desenvolvimento de seu país.

A paixão de Furtado foi o desenvolvimento do Brasil. Paixão alimentada pela crença de que esse desenvolvimento estava ao alcance do seu país no momento histórico em que se forma como economista, no final dos anos 1940. A Segunda Guerra Mundial havia acabado de terminar. Novas teorias do desenvolvimento econômico estavam surgindo. Uma grande esperança se desenhava diante dos olhos do jovem paraibano que acabara de obter seu doutorado em economia na França (1948): o Brasil, que já vinha se industrializando de forma acelerada, superaria os desequilíbrios estruturais de sua economia, e com a ajuda da teoria econômica e do planejamento econômico, alcançaria o estágio de país desenvolvido.

Só essa paixão – a paixão pela idéia do desenvolvimento do Brasil – explica a força de seu pensamento, especialmente nos seus primeiros livros, desde seu primeiro *paper* fundamental sobre a economia brasileira – “Características Gerais da Economia Brasileira” (1950) – e de seu primeiro livro – *A Economia Brasileira* (1954) – até *Dialética do Desenvolvimento*, escrita em um momento em que as esperanças começavam a se esgarçar com a iminência da crise. Todos esses traba-

²⁷ - Furtado (1964: 22). A citação de Marx é da *Contribuição à Crítica da Ciência Política*.@

lhos possuem uma força teórica e um poder de análise que não derivam apenas da criatividade, da cultura ampla, da independência de pensamento, e do uso preferencial do método histórico-indutivo: estão claramente relacionados com um projeto de vida que se identifica com o projeto do desenvolvimento. Em *Os Ares do Mundo* (1991) ele deixa claro que seu projeto de vida estava diretamente relacionado com a convicção que formou no final dos anos 40 de que “uma feliz conjuntura internacional – consequência da grande depressão dos anos 30 e do conflito mundial dos anos 40 – abriera uma brecha pela qual quicá²⁸ pudéssemos nos esgueirar para obter uma mudança qualitativa em nossa história”.

Esta mudança qualitativa era a industrialização e o desenvolvimento do Brasil. Mas, diz-nos Furtado, lembrando 1964, quando chega exilado ao Chile, já nesse ano convencera-se de que, embora “o intelectual tenha de próprio a capacidade sem limites de inventar-se razões para viver”, seu projeto de vida, que se baseara na existência daquela brecha, era, afinal, “uma ilusão que... agora se desvanecia”.²⁹ A fantasia estava desfeita.

A esperança fora grande, mas a desilusão e a frustração são maiores ainda. Frustração e desilusão que vão se expressar no seu livro seguinte, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966) – um livro denso e pessimista, que se revela equivocado em seguida, na medida em que as economias latino-americanas entram em novo ciclo de desenvolvimento. O equívoco, entretanto, irá afinal revelar-se relativo acerto. O ciclo de desenvolvimento, que então se iniciava, foi artificialmente financiado pela dívida externa – uma dívida que tornou as economias latino-americanas prisioneiras do capital financeiro internacional, e afinal as levou à grande crise dos anos 80, e à quase-estagnação que até hoje perdura. Digo “relativo acerto” porque a tese central do livro, que tem influência de Marx e de Keynes, continua a me parecer mal colocada. A estagnação ou o desenvolvimento a taxas muito baixas seria devido de um lado ao aumento da relação capital-trabalho à diminuição da relação produto-capital, em função do caráter intensivo em capital dos investimentos e de sua destinação³⁰ para bens de consumo duráveis. A produtividade do capital estaria assim em queda. Essa teoria subestima, a meu ver, a aumento o progresso técnico, que não é apenas poupador de trabalho, mas também de capital, ou seja, é um progresso técnico que aumenta a eficiência do capital.

²⁸ - Furtado (1991: 63).

²⁹ - Furtado (1991: 45 e 63).

³⁰ - Ver Furtado (1966: 80).

Em *Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina* já aparece a idéia de que a concentração de renda estava impedindo o funcionamento do círculo virtuoso do capitalismo, provocado pelo aumento de salários à medida que aumenta a produtividade. Em dois livros, Furtado responde indiretamente a seus críticos. Em *Análise do Modelo Brasileiro* (1972) incorpora ao seu pensamento, com grande elegância e precisão, a teoria da nova-dependência que surgira da crítica a seus trabalhos. O que não o impede de, em *O Mito do Desenvolvimento* (1974), reafirmar com clareza sua tese sobre a insuficiência de consumo no longo prazo. A concentração da renda da classe média para cima não resolvia o problema da demanda no processo de desenvolvimento. Em suas palavras:

Minha hipótese básica é que o sistema não tem sido capaz de produzir espontaneamente o perfil de demanda capaz de assegurar uma taxa estável de crescimento, e que o crescimento a longo prazo depende de ações exógenas do governo... Se bem que esses dois grupos (as grandes empresas e as minorias modernizadas) têm interesses convergentes, o sistema não está estruturalmente capacitado para gerar o tipo de expansão de demanda requerido para assegurar sua expansão.

Ora, essa tese, como mostrou Keynes ao fazer a crítica da lei de Say, é válida no curto prazo, para explicar o ciclo econômico. E só é válida para mim no longo prazo na medida que a taxa de desenvolvimento alcançada nesse prazo depende de se manter a demanda em constante tensão com a oferta no curto prazo. O novo modelo de desenvolvimento tecnoburocrático-capitalista que se instaurava então no Brasil, produzindo um subdesenvolvimento industrializado, afinal fracassou, mas não foi por um problema de insuficiência de demanda, mas de excesso irresponsável de endividamento externo.

A esperança ainda vai se manifestar para Celso Furtado quando, em 1968, antes do Ato Institucional nº.5, que instaurou de vez a ditadura no país, ele é convidado pela Câmara dos Deputados para apresentar sua visão do que poderia ser feito. Ele não resiste, e escreve *Um Projeto para o Brasil* (1968), onde faz uma proposta de retomada do desenvolvimento a partir de um substancial aumento da carga tributária e da poupança pública. Entretanto, se há o retorno da esperança – a recusa em aceitar a dependência e o subdesenvolvimento – o pessimismo continua o mesmo. A análise pessimista da situação do Brasil era consistente com a de *Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina* – tanto assim que as primei-

ras críticas a essa perspectiva, mostrando que a retomada do desenvolvimento brasileiro ocorria graças à concentração de renda da classe média para cima que criava demanda para os bens de consumo de luxo, foram realizadas a partir da análise desses dois livros.

A paixão otimista que alimentava a ação transformava-se agora na grande frustração de quem percebe que não apenas ele deixara de poder influenciar diretamente os destinos do país, mas que o próprio país perdera capacidade de desenvolvimento endógeno. A teoria econômica que agora usava tornava-se discutível na medida em que envolvia um duplo pessimismo: em relação à capacidade dos sistemas econômicos subdesenvolvidos terem progresso técnico capital-intensivo, mas poupador de capital ou pelo menos neutro (não envolvendo, portanto, redução da produtividade do capital), e em relação à capacidade da oferta criar demanda no longo prazo.

Seu pessimismo aparece na citação seguinte, tirada de *Os Ares do Mundo*, na qual ele relembra seus primeiros meses em Santiago após o exílio:

Não me fugia a idéia de que a história é um processo aberto, sendo ingenuidade imaginar que o futuro está cabalmente contido no passado e no presente. Mas, quando toda mudança relevante é fruto da interveniência de fatores externos, estamos confinados ao quadro da estrita dependência... “As tendências que se manifestavam no Brasil levavam a pensar que as mudanças significativas já não seriam fruto da ação de fatores endógenos”.

Um Projeto para o Brasil foi a última manifestação clara de esperança de Furtado.³² Sua obra, a partir de então, segundo observa Francisco de Oliveira, “pode ser chamada de ‘filosófica’”.³³ Eu sugeriria que ela se torna desapaixonada, na medida em o exílio, primeiro no Chile, depois nos Estados Unidos, na Inglaterra, e finalmente, por um longo tempo, na França, obrigam a distância emocional. Sobre a América Latina, Furtado vai ainda em 1969 publicar um trabalho fundamental, *Formação Econômica da América Latina*, mas em seguida seu interesse vai voltar-se novamente para a análise do processo histórico do desenvolvimento, e para as

³¹ - Furtado (1991: 63).

³² - Em *O Brasil Pós-Milagre* (1981a: 56-90) há ainda uma esperança, quando, depois de falar dos desgoverno dos anos 70, ele escreve duas seções em que olha para o futuro: “Os Desafios dos Anos 80” e “Esboço de uma Estratégia”.

³³ - Oliveira (1983: 23).

transformações por que passava a economia internacional. Ao processo do desenvolvimento ele volta em *O Mito do Desenvolvimento* (1974), *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar* (1980), “Underdevelopment: to Conform or Reform” (1987a) e em muitos outros trabalhos. As transformações da economia mundial ele já analisa em um trabalho de 1968, “A Preeminência Mundial da Economia dos Estados Unidos Pós-Guerra”,³⁴ Em 1981, no primeiro número da *Revista de Economia Política*, do qual se torna um dos patronos (ao lado de Caio Prado Jr. e Ignácio Rangel), aparece “Estado e Empresas Transnacionais na Industrialização Periférica”. Todos os seus demais trabalhos sobre o tema serão depois reunidos *Transformação e Crise na Economia Mundial* (1987b) e *O Capitalismo Global*(1998).

Furtado, nos anos 70, volta a participar ativamente de reuniões internacionais através dos quais os países em desenvolvimento reclamavam “uma nova divisão internacional do trabalho”. O movimento, durante um certo tempo bem sucedido, mas, com a crise da dívida externa, e a onda neoliberal que toma conta de Washington e do mundo a partir do início dos anos 80, também aquele projeto não dava os frutos esperados. Começava, para a América Latina, a grande crise dos anos 80. E diante dela, a paixão de Celso Furtado volta com força, na forma de indignação. Seus livros *Não à Recessão e ao Desemprego* (1983) e *Brasil: A Construção Interrompida* (1992), são uma prova dessa indignação.³⁵

O retorno do exílio e a participação no governo Sarney, como Ministro da Cultura, não lhe permitem mudar os sentimentos de frustração e indignação.³⁶ Mas em 1999, recuperada a estabilização, e quando há indicações de alguma retomada do desen-

³⁴ - In Furtado (1968).

³⁵ - No intervalo entre esses dois livros ele escreveu seus três notáveis livros autobiográficos já mencionados: *A Fantasia Organizada* (1985), *A Fantasia Desfeita*(1987), e *Ares do Mundo* (1989).

³⁶ - Em 1984 Furtado publica uma coletânea de ensaios com o título *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, cujo tema central continua a crise da economia brasileira, mas que deve ter inspirado o Presidente José Sarney a convidá-lo para o Ministério da Cultura. Fui então seu colega de ministério, entre abril e dezembro de 1987, quando ocupei o Ministério da Fazenda. Sua preocupação diante do fracasso do governo democrático em enfrentar a crise, pelo contrário, aprofundando-a, era enorme. Tão grande quanto seu sentimento de impotência diante dos fatos – situado que estava em um ministério que lhe permitiu me dar um apoio decisivo quando necessitei, mas que não lhe permitia mudar os rumos da economia brasileira. Afinal, minha passagem pelo governo foi breve, e também eu não consegui estabilizar a economia brasileira.

volvimento, a esperança lhe volta, embora se mantenha um forte crítico da política econômica do governo Cardoso. Em seu último livro até o momento em que escrevo este artigo, *O Longo Amanhecer* (1999), ele assinala de forma forte sua desilusão: “Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”. Volta a fazer a crítica da globalização, que, através do endividamento externo irresponsável levou o país à grande crise, mas observa que não é a própria globalização e seu descontrole, mas a forma pela qual nossas elites têm reagido a ela a responsável pela nossa incapacidade de retomar o desenvolvimento, ao optar pela “adoção acrítica de uma política econômica que privilegia as empresas transnacionais, cuja racionalidade só pode ser captada no quadro de um sistema de forças que transcende os interesses específicos dos países que o integram”. Exemplo desta alienação é a proposta pela própria CEPAL, em fevereiro de 1999, de dolarização das economias latino-americanas, processo que, segundo a organização internacional, já estaria avançado.³⁷

Em sua curta intervenção em seminário realizado em São Paulo em sua homenagem, “Reflexões Sobre a Crise Brasileira” (2000), sua crítica não atinge apenas os governos, mas mais amplamente as elites brasileiras. Ele repudia especialmente as “explicações (para a quase-estagnação) que pretendem ignorar as responsabilidades morais das elites”. Observa, diante de palavras favoráveis à dolarização que então circulavam na imprensa (hoje provavelmente esquecidas diante da crise Argentina), que “se submergirmos à dolarização, estaremos regredindo ao estatuto semi-colonial”. Mas, como em seu último livro, neste artigo vemos que a esperança afinal está de volta. No livro, no qual há uma seção cujo título é “Que Fazer?”, ele salienta a necessidade de reverter o processo de concentração de renda, de investir em capital humano, e, principalmente, de enfrentar o problema da globalização com o fortalecimento do Estado nacional, que é “o instrumento privilegiado para enfrentar os problemas estruturais”. Na breve intervenção ele volta a afirmar uma de suas teses centrais: a importância da criatividade política. “Somente a criatividade política impulsionada pela vontade coletiva poderá produzir a superação do impasse”.³⁸

³⁷ - Furtado (1999: 18, 23, 26).

³⁸ - Furtado (1999: 32-44; 2000: 4). Neste trabalho não me preocupei em desfazer preconceitos em relação a Celso Furtado. Esta última citação, entretanto, me leva a advertir que não se deduza dela que Furtado seja um ‘estatizante’ – a pecha comum que a direita costuma atirar sobre quem defende a importância de um Estado reconstruído, com capacidade de promover o desenvolvimento econômico e político do país. Existem ainda uns poucos estatizantes, mas esse não é definitivamente o caso. Em um debate promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, dizia Furtado: “Trata-se, portanto, de escapar da idéia antiga de que cabe ao Estado resolver todos os problemas. Sabemos perfeitamente que quando o Estado controla tudo são poucos os que controlam o Estado” (1976b: 39).

Dessa forma, continua a pensar o grande mestre. Nem sempre estou de acordo com ele, como em alguns momentos deste artigo devo ter deixado transparecer, mas jamais deixo de admirá-lo. Celso Furtado foi um dos meus mestres, quando – muito jovem – me interessei pela economia. Ainda continuo a aprender com ele. Sua contribuição para a compreensão do Brasil é sem par; sua análise do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, um marco do pensamento contemporâneo. Nesse texto, que não é um apanhado geral de sua obra, busquei apenas definir alguns pontos em relação ao autor, ao economista político: jamais Furtado fez compromissos em relação a sua independência de pensar; seu método foi sempre rigoroso e prioritariamente histórico-indutivo; ele nunca deixou de ver e pensar o Brasil e o seu Nordeste com paixão.

Referências

- Blaug, Mark (1980) *The Methodology of Economics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, Pierre (1976) "O Campo Científico". In Renato Ortiz, org. *Pierre Bourdieu - Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983. Publicado originalmente em francês, 1976.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1970) "Dividir ou Multiplicar: a Distribuição de Renda e a Recuperação da Economia Brasileira". *Visão*, dezembro 1970. Incorporado, a partir da terceira edição (1972), em *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense. Seções: "A Distribuição de Renda e a Recuperação da Economia Brasileira", "Desenvolvimento das Indústrias Dinâmicas", e "O Novo Modelo Brasileiro de Desenvolvimento".
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Gilberto Tadeu Lima (1996) "The Irreducibility of Macro to Microeconomics: a Methodological Approach". *Revista de Economia Política*, 16(2), abril 1996.
- Furtado, Celso (1950) "Características Gerais da Economia Brasileira". *Revista de Economia Brasileira* 4(1) março 1950.
- Furtado, Celso (1954) *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite.
- Furtado, Celso (1959) *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1962) *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1964). *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

- Furtado, Celso (1966) *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Furtado, Celso (1967) *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Furtado, Celso (1968) *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga.
- Furtado, Celso (1969) *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editor.
- Furtado, Celso (1972) *Análise do 'Modelo' Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Furtado, Celso (1974) *O Mito do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1976a) *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1976b) “Uma Transição Metódica e Progressiva”. Debate promovido por *O Estado de S. Paulo*, 8 de agosto de 1976.
- Furtado, Celso (1978) *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1981a) *O Brasil 'Pós-Milagre'*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1981b) “Estado e Empresas Transnacionais na Industrialização Periférica”; *Revista de Economia Política*, v.1(1), janeiro 1981, p.41-49.
- Furtado, Celso (1982) *A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1984) *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1985) *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1987a) “Underdevelopment: to Conform or Reform”. In Gerald Meyer, ed. (1987).
- Furtado, Celso (1987b) *Transformação e Crise na Economia Mundial*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1989) *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1991) *Ares do Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1992) *Brasil: a Construção Interrompida*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1998) *O Capitalismo Global*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1999) *O Longo Amanhecer*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

- Furtado, Celso (2000) “Reflexões sobre a Crise Brasileira”; *Revista de Economia Política*, v.20(4), outubro 2000: 3-7.
- Iglésias, Francisco (1971) *História e Ideologia*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Lawson, Tony (1999) “Connections and Distinctions: Post Keynesianism and Critical Realism”. *Journal of Post Keynesian Economics*, 22(1) outono 1999: 3-14.
- Lebrun, Gérard (1985) “Os Anos de Aprendizado”. São Paulo: *Jornal da Tarde*, 7 de setembro, 1985.
- Mantega, Guido (1984) *A Economia Política Brasileira*. São Paulo e Petrópolis: Livraria e Editora Polis e Editora Vozes.
- Marx, Karl (1859) *Contribución a la Crítica de la Economía Política*. Buenos Aires: Ediciones Estudio, 1970. Edição original alemã, 1859 (Esta edição, a partir da página 191, contém a *Introducción a la Crítica de la Economía Política*, trabalho não terminado que só foi publicado em 1903 na revista *Die New Zeit*, e mais tarde (1939) integrado nos *Grundrisse*).
- Meyer, Gerald and Dudley Seers, orgs. (1984) *Pioneers in Development*. Washington: The World Bank.
- Meyer, Gerald, org. (1987) *Pioneers in Development, Second Series*. New York: Oxford University Press for the World Bank.
- Oliveira, Francisco de (1983) “A Navegação Aventurosa”. In Francisco de Oliveira, org. (1983).
- Oliveira, Francisco de, org. (1983) *Celso Furtado*. São Paulo: Editora Ática.